

ESPORTE E LAZER NA CIDADE DE ARACAJU – SERGIPE: UM DIAGNÓSTICO DO PERFIL DO GESTOR, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E A GESTÃO PÚBLICA

Priscila Ellen Pinto Marconcin¹

Fernando Marinho Mezzadri²

Thiago de Oliveira Santos³

^{1,3} Universidade Federal de Sergipe e Faculdade AGES

² Universidade Federal do Paraná

Face a atual conjuntura desportiva brasileira, as vésperas de sediar dois mega eventos, o interesse pelo esporte tem crescido exponencialmente, ainda que seja no campo restrito ao alto rendimento. Contudo, este impulso reflete para a área um olhar diferenciado e que merece análises específicas. O campo de produção científica das políticas públicas de esporte e lazer ainda é reduzido, e limita-se a análise em nível mais diagnóstico, com poucas contribuições no que se refere ao campo teórico e metodológico, principalmente acerca da arena política e sua relação com o Estado. Ainda assim, é fundamental compreendermos o que está sendo feito na prática, como estão sendo pensadas as ações no campo do esporte e lazer, para com isso, estabelecer uma discussão teórica e propor a reflexão desta prática. O foco deste trabalho é a Secretaria de Esporte e Lazer da Cidade de Aracaju – Sergipe, que com pouco menos de 1 ano e 7 meses de criação tem a pretensão de alavancar o esporte, principalmente o de rendimento no cenário nacional, tendo por objetivo, analisar sua estrutura político administrativa. Para alcançar tal propósito recorreu-se a uma entrevista com o Gestor responsável pela Secretaria, com questões abertas que versavam sobre o perfil do gestor, a estrutura administrativa, a gestão pública. A técnica empregada para a análise dos dados foi a análise do discurso e discussão teórica. Assim, foram encontrados pontos cruciais no que se refere a fragilidade na formação específica do quadro de funcionários da secretaria, a dificuldade em descentralizar as ações da secretaria, a falta da participação efetiva da população na viabilização das políticas públicas, o orçamento advindo essencialmente do próprio município e a carência de leis de incentivo ao esporte. Para concluir, as ações do município estão alinhavadas com modelos inovadores, porém, observa-se a necessidade de um prazo maior para execução das mesmas.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Esporte e lazer, Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

Pensar em Políticas Públicas de Esporte e Lazer é compreender a dimensão que a liderança política concebe a sociedade pela qual governa. Pois, o esporte e o lazer estão nos anseios de uma sociedade democrática, que compreende que sua vida é plena de direitos, não só direitos a se

alimentar, ter saúde, e acesso a educação, mas direito de viver com dignidade, de usufruir das emoções e prazeres da cultura do Movimento, e, por conseguinte do esporte.

O esporte é fruto da sociedade moderna, se configura como um veículo capaz de mobilizar as massas, é hoje um dos agentes mais lucrativos no mercado financeiro, e ao mesmo tempo, é veículo de transformação social, é meio de educar e possibilitar a vivência do movimento sem distinções pré-estabelecidas. O lazer aparece também no cerne da sociedade moderna como fruto das reivindicações sociais por horas de descanso em meio a rotinas extenuantes de trabalho, um momento de usufruir da sua liberdade conquistada, espaço e tempo disponível para desenvolver-se, relacionar-se e encontrar-se consigo mesmo. É na interface deste esporte e lazer que o sujeito percebe-se enquanto ser social detentor de direitos, capaz de organizar-se e mobilizar-se para suas conquistas pessoais e sociais. É portanto, neste espaço e tempo, que a sociedade se efetua como democrática por direito.

Mas, é impossível usufruir deste espaço e tempo conquistado se a oferta pública é reduzida e excludente. Uma sociedade que precisa buscar no capital um meio de atender suas demandas de esporte e lazer não vive de fato uma democracia plena. A possibilidade de inclusão e a permanência de todos os membros da sociedade em programas efetivos de esporte e lazer é um dos desafios a ser enfrentado por nossos representantes em suas gestões através de políticas governamentais. Entende-se que não podemos mais conviver com políticas seletivas e excludentes, direcionadas à constituição de calendários de competições esportivas, para uma minoria da sociedade (Sawitzki, 2012).

Segundo Zingoni (1998) as nações do mundo estão passando por problemas sociais que seus cidadãos e seus governantes estão procurando resolver, e a solução desses problemas envolve mudanças diversas, como a alteração da forma de viver das pessoas e dos grupos, pela transformação de práticas negativas ou prejudiciais em práticas saudáveis, pelas mudanças de valores e atitudes na comunidade e em sociedades inteiras, investir no esporte e lazer é no tocante a construção de uma sociedade igualitária uma das soluções possíveis.

Contudo, ainda é clara a predominância dos investimentos localizados nas políticas de esporte de alto rendimento, é também recorrente a falta de

profissionais capacitados nas lideranças das ações com este foco, é fragilizada a participação da comunidade, e é forte o entrave burocrático na política brasileira. Estas questões fazem com que muitas vezes as políticas de esporte e lazer sigam por caminhos tortuosos.

Ao refletir o passado das políticas de esporte e lazer nota-se sua imaturidade, talvez seja esta falta de experiências na área, ao ser comparado com outros direitos sociais, como a educação e a saúde, que fazem da mesma um campo ainda recente e que necessita de olhares atentos. Como retrata Starepravo, Souza e Marchi Junior (2011), a política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas.

Portanto, é preciso aprofundar os estudos no campo das políticas públicas de esporte e lazer, não se restringindo a descrição diagnóstica do que se tem feito, mas apresentando subsídios para a reflexão que convidem os atores sociais responsáveis pela construção das mesmas, a pensar sobre suas ações. É justamente este o propósito do presente estudo, analisar a estrutura e ações da Secretaria de Esporte e Lazer da cidade de Aracaju –Sergipe, para provocar um convite a reflexão do que tem sido pensado e feito para o esporte e lazer da região.

METODOLOGIA

O presente estudo tem caráter qualitativo, descritivo, com a aplicação de uma entrevista semi-estruturada contendo questões abertas acerca: do perfil do gestor, da estrutura administrativa, da gestão pública. As questões foram aplicada ao gestor de esporte e lazer da Secretaria de Esporte e Lazer (SEMEL) da cidade de Aracaju – Sergipe. O secretário assinou um termo de consentimento autorizando o uso das informações para vinculação científica. A entrevista teve duração de aproximadamente duas horas, sendo gravada para ser posteriormente transcrita e analisada. A análise dos dados foi feita pela técnica de análise do discurso.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Perfil do Gestor

Quanto ao perfil do gestor responsável pela Secretaria de Esporte e Lazer (SEMEL) de Aracaju, pode-se enfatizar o fato do mesmo possuir licenciatura plena em Educação Física e pós-graduação em Educação Física escolar, em relação a sua experiência ressalta-se o fato do mesmo ser presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar, e já ter sido dirigente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário, e em relação a sua vivência política o mesmo afirma não ter experiência na política partidária afirmando: *na política partidária sou virgem*, conforme afirma De Paula (2005) isso desafia os governantes e pesquisadores a realizarem uma combinação entre a administração e a política, humanizando o management e preservando o caráter crítico das ciências sociais.

Estrutura Administrativa

No tocante a este aspecto a SEMEL está organizada da seguinte forma: secretário, secretário adjunto e 06 coordenações: administrativa, financeira, planejamento, lazer, esporte de inclusão, alto rendimento, espaços públicos destinados a prática desportiva. Mostrando-se formalmente organizada, com níveis burocráticos razoavelmente organizados.

O quadro de recursos humanos da secretaria conta com 24 funcionários, todos ocupando cargos comissionados, e mais 20 estagiários supervisionados por estes profissionais, de todo o quadro de recursos humanos apenas 03, contando com o secretário, têm formação específica na área de atuação, o que vai de encontro com o que afirma Azevedo (2004, p.3): “a profissionalização da gestão pública do esporte brasileiro é fundamental para a promoção de seu exercício enquanto um direito constitucional e ação social relevante”

Além da análise das estruturas burocráticas formais, buscou-se verificar a extensão dessas, ou seja, como são estabelecidas as descentralizações, pois conforme afirma Jacob (2000 In: Mezzadri et. al, p. 49): “A questão da descentralização é hoje uma das principais precondições para formular uma efetiva democratização do Estado”, contudo o secretário afirma que a mesma é centralizada, não existindo divisões nos bairros ou de qualquer outra espécie.

Gestão Pública

Quando questionado acerca da existência de um Conselho Municipal do Esporte, o gestor afirma que existe, mas está desativado, mostrando-se positivo a reativação do mesmo. Em consonância com o que afirma Genro (1997), ao referir-se que a esfera pública não-estatal não depende necessariamente do suporte da representação política tradicional, sendo constituída por milhares de organizações, locais, regionais, nacionais e internacionais que mediam a ação política direta dos cidadãos. Esse conceito de esfera pública não-estatal envolve a elaboração de novos formatos institucionais que possibilitem a co-gestão e a participação dos cidadãos nas decisões públicas. Nesse processo, as políticas e ações governamentais conferem identidade aos envolvidos, alteram o cotidiano da cidade e interferem na compreensão política de sua cidadania.

Em relação ao plano de governo norteador o mesmo afirmou a intenção do prefeito em atender uma demanda reprimida e almejar o desenvolvimento do esporte de rendimento, como pode ser confirmado na fala: *... o desafio de desenvolver o esporte olímpico, na nossa cidade, favorecendo o surgimento de potencialidades com vistas a participação nas olimpíadas de 2016*, buscando também desenvolver o lazer e o esporte de inclusão. Um planejamento bem desenvolvido é fundamental para o êxito das políticas de esporte e lazer, pois conforme afirma Zingoni (1998) a falta de definição e clareza dos princípios que norteiam as ações de esporte e lazer são alguns fatos ilustrativos da vulnerabilidade do setor esportivo no interior do Estado capitalista democrático.

No que diz respeito ao modelo de gestão, se este é ou não participativo, o entrevistado afirma que sim, justificando que busca sempre ouvir a população, dando o exemplo do edital do programa bolsa atleta, e da feira de artes marciais, mas reconhece que é preciso mais: *nós não tivemos tempo suficiente para organizar nossos programas e nossas políticas, mas a cada ação que a gente desenvolve tenta trazer a população para participar da elaboração*. Contudo, é complexo, mas necessário o envolvimento ativo da sociedade em todas as fases da implementação das políticas públicas. Pois segundo Zingoni (1998) é indispensável a necessidade de reversão de esquemas paternalistas, que reduzem o envolvimento das comunidades,

dificultando a criação de massa crítica para atender a dimensão da importância do esporte e lazer para a transformação pessoal e social do cidadão.

No que concerne ao financiamento este vem diretamente do orçamento municipal, por previsão orçamentária, e a secretaria possui, um convênio em funcionamento com o Ministério do Esporte, no programa Segundo Tempo, e outro que está em trâmite, para estabelecer o PELC.

Quanto ao tipo de parceria para o desenvolvimento do esporte e lazer, o Secretário afirma ter parceria com as escolinhas de futebol do município para organizar torneios e para a compra de materiais. Não sendo mencionado nenhum outro tipo de parceiro para o desenvolvimento das atividades em questão.

Ao ser questionado a leis de incentivo ao esporte no município o secretário afirma ainda não possuir, mas mostra-se favorável as mesmas: *a gente vem trabalhando no convencimento político, mas até então não chegamos a um consenso... nós estamos nessa fase de convencimento.* É fundamental conjugar todas as formas possíveis de financiamento para o esporte de alto rendimento, deixando assim a secretaria municipal com maiores recursos para investir no esporte lazer, participação e educação, que atende a maioria da população e mostra-se mais democrático.

CONCLUSÃO

Conforme pode ser observado o fato da Secretaria de Esporte e Lazer da cidade de Aracaju, Sergipe, ter apenas 1 ano e 7 meses de fundação, acarreta algumas fragilidades na mesma.

O quadro de funcionários necessita de maior qualificação específica na área de atuação, isto se deve principalmente pela ocupação em quase toda sua totalidade de funcionários comissionados. A estrutura burocrática está razoavelmente organizada, mas falta a descentralização da mesma, o que facilitaria tanto a participação da comunidade, que é mínima, na formulação de programas e projetos, como também o acesso mais democrático as ofertas.

A participação da sociedade organizada é de interesse do gestor, mas não está ativa, o que o obriga a ter uma gestão burocrática, a falta de politização da população fragiliza qualquer ação pública.

Ainda que não tenha sido a principal queixa do gestor, o orçamento advindo prioritariamente das contas da prefeitura fragiliza as ações da Secretaria, é preciso firmar mais convênios com o Governo Federal, como já foi feito com o Programa Segundo Tempo. É necessário também buscar parceiros, e outras fontes de financiamento, o município não possui leis de incentivo ao esporte, o que na certa faz com que grande parte da verba seja destinada a poucos, mas precisamente aos atletas de alto rendimento.

Assim, é notório que a gestão do esporte e lazer é extremamente complexa e seu sucesso não advém somente de um gestor qualificado, é preciso toda uma conjuntura política, administrativa e social para que as ações tenham sucesso e que a população usufrua democraticamente do seu direito ao esporte e ao lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, P. H., BARROS, J.F.. Necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público, em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. Revista digital. Ano 10, nº 74, Buenos Aires, Junho 2004.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 3 ed. Lisboa: Edições, 2004.

DE PAULA, Ana Paula Paes. Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. RAE , vol. 45, Nº1, 2005.

GENRO, T. Teses para a criação de uma política democrática e socialista. In: GENRO, T. (Coord.). Porto da Cidadania: esquerda no governo de Porto Alegre. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

MEZZADRI, F.M., CAVICHIOLLI, F. R., SOUZA, D. L. (orgs). Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Fontoura: Jundiá, 2006.

ZINGONI, P.. Políticas Públicas participativas de esporte e lazer: da cogestão à co-gestão. Motrivivência. Ano X, n 11. Julho, 1998.

